

# Grupo de economistas vê Portugal em agonia até 2016

**Ajustamento.** Será mais longo do que se diz. Membros da SEDES temem caos social caso os governos falhem medidas da 'troika'

LUÍS REIS RIBEIRO

"O difícil ajustamento de que Portugal precisa deverá durar, no mínimo, os três anos de vigência do Memorando de Entendimento [com a *troika*]. Mesmo assim, penso que o País tem problemas para os próximos cinco anos. Até lá temos recessão e crescimento anémico." Quem o diz é Luís Campos e Cunha, ministro das Finanças no primeiro Governo de José Sócrates e signatário de um novo manifesto, desta feita pelo grupo de reflexão da associação SEDES, em declarações ao DN.

A posição, de sete economistas da SEDES — Medina Carreira, Henrique Neto, João Duque, João Ferreira do Amaral, João Salgueiro, Campos e Cunha e Mira Amaral —, aponta o que falta fazer na economia e nas instituições e faz um retrato demolidor dos políticos.

Em 2009, o primeiro ano da crise social, surgiram várias iniciativas do género. Aqueles peritos (excepto Ferreira do Amaral) assinaram o Manifesto dos 28 contra as grandes obras públicas do Governo de Sócrates. Depois, surgiram mais dois documentos que alargaram o debate: o Manifesto dos 51, que defendia os investimentos e a criação de emprego, e outro pelo "investimento público estratégico". Este ano, com a segunda vaga

de crise a arrasar o emprego e com o País a capitular nos mercados, há novos reptos. O manifesto do Mais Sociedade (grupo mais à direita, próximo do PSD), do grupo pela Convergência para o Emprego e a Coesão Social, que reúne personalidades mais à esquerda, próximas do PS e BE, e outros tantos contra as políticas da UE/FMI.

Focar o debate, defenderá hoje a SEDES, é "falar a verdade sobre a verdadeira situação das Finanças do Estado", assumir o desemprego como "uma tragédia social", lembrar que "Portugal está no centro geográfico das economias globais" (e que deve aproveitar esta condição), "dar prioridade ao investimento produtivo nacional e estrangeiro, internacionalmente competitivo", melhorar a Justiça para acabar com "o clima geral de indisciplina, de impunidade e corrupção". Campos e Cunha está zangado com o nível do debate. Não se discute o crucial: "no curto prazo, a consolidação orçamental; no longo prazo, como pôr a economia a crescer", diz. Mas, ainda que tudo resulte bem como está no plano de intervenção, a economia terá de sofrer até 2016.

"Se não conseguirmos fazer nada do que nos pedem, o país mergulhará em conflitos sociais dramáticos", avisa, remetendo para o que sucedeu na I República: o caos seguido de uma ditadura.



Muitos gregos resistem contra as medidas da 'troika'. Peritos avisam que cá pode ser pior

## Todos os partidos bloqueiam o debate

**POUCO DEMOCRÁTICOS** Os partidos políticos portugueses, sem excepções, mantêm um "clima de guerrilha", confinam o debate a "fait divers semanais", "obscurecem a compreensão das causas do descalabro económico e financeiro de uma década e a procura inteligente [...] das soluções necessárias", dizem os economistas da SEDES.

O grupo de reflexão não esquece "o clima de enxovalho público a que Portugal tem estado sujeito no plano internacional" e aponta as

razões: "imponderação partidária" e "declarações desajustadas e frequentemente incompreensíveis dos principais responsáveis políticos". E apresenta uma conclusão: isto só pode acontecer porque o País envolve pouco a sociedade civil, o poder está "todo" concentrado "nos partidos existentes". Logo, continua o manifesto, é preciso tornar os partidos "mais democráticos e mais devotados à governação".

Em declarações ao DN, Cam-

pos e Cunha lamenta que a discussão sobre as opções de políticas em Portugal esteja "capturada por um ambiente de campanha eleitoral". E faz a comparação com Espanha: "Dizemos que o Governo de Espanha tomou medidas difíceis de forma mais atempada e que, mesmo assim o primeiro-ministro decidiu não se recandidatar. Este caso contrasta bem quando se pensa na situação em Portugal", atira o ex-ministro, que saiu em ruptura com José Sócrates. L.R.R.

### À MARGEM

#### CONSUMO PRIVADO EM QUEDA

► **Recessão** Os indicadores de actividade económica e consumo privado agravaram-se no primeiro trimestre do ano, segundo o INE. O indicador de clima económico passou de -0,6 no primeiro trimestre de 2010 para -1,5 pontos em 2011. O indicador de consumo privado "diminuiu expressivamente" no primeiro trimestre de 2011, passando para -1,1 pontos face aos 3,8 pontos de 2010. Registraram-se ainda crescimentos homólogos nominais das importações e exportações de 8,5% e 17%, respectivamente.

#### CUSTOS COM IDOSOS DISPARAM

► **Despesa** A OCDE revelou num relatório ontem conhecido que até 2050 os custos com a população mais idosa dos países desta organização deverão "duplicar, ou mesmo triplicar, como resultado do envelhecimento da população". Portugal é o país que gasta menos (0,5% do PIB) em cuidados continuados no conjunto dos 25 países da OCDE. "A maior parte dos países da OCDE dedicam entre 1% a 1,5% do seu PIB aos cuidados continuados", diz o documento, enquanto "alguns países gastam mais de 2% do PIB (como Holanda, Suécia e Noruega)".

#### DÍVIDA PÚBLICA MAIS CARA

► **Leilão** O Estado colocou ontem mil milhões de euros de dívida no mercado, com a taxa de juro média a fixar-se nos 4,657%, e elevando para 4010,4 milhões de euros a linha de BT que vence em Julho. Segundo o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, o Estado aceitou uma taxa de juro média de 4,657%, superior ao último leilão realizado, cuja maturidade era mais longa (três meses). A taxa de corte (último juro a que Portugal aceitou colocar dívida) fixou-se nos 4,95% e a procura foi de 2,1 vezes a oferta.

#### GRÉCIA COM MAIS AUSTERIDADE

► **Atenas** vai anunciar medidas de austeridade suplementares no valor de seis mil milhões de euros para cumprir atingir um défice de 7,4% do PIB em 2011. O ministro das Finanças diz que, além das reformas na função pública e máquina fiscal, a Grécia deve reorganizar a justiça e sistema de saúde. Entre as medidas destaque para a não substituição de funcionários públicos que se reformem (até agora, um em cada cinco funcionários que saíam era substituídos), prevendo-se uma redução de 150 mil funcionários nos próximos anos.